

MULHERES E MILITÂNCIA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA¹

WOMEN AND MILITANCY AGAINST THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: HISTORIOGRAPHICAL ANALYSES

Priscila Paula de SOUSA*

Resumo: Buscando as trajetórias das mulheres na militância contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985), debrucei-me sobre obras importantes sobre o período. Interessa-me especificamente nesse trabalho verificar quem são tais personagens e como suas memórias e resistências foram tratadas por Jacob Gorender em *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Tendo encontrado poucas informações nesse livro sobre as mulheres que nele apareceram, conhecer melhor a história dessas mulheres tornou-se imperativo. Com isso, faço aqui uma breve apresentação de suas histórias particulares. Para engendrar uma pesquisa sobre esse tema, trago para a discussão as questões de gênero e como suas diferenças se apresentaram às essas mulheres militantes em sua vida familiar, social, política e no trato recebido pela repressão.

Palavras-chave: História das mulheres; Ditadura militar brasileira; Historiografia sobre ditadura no Brasil.

Abstract: Investigating the trajectory of women in the militancy against the Brazilian military dictatorship (1964-1985), I have focused on important bibliographic works related to this period. Specifically in this work, it interests me to verify who those characters are and how their memories and social political resistances are treated in the book *Fighting in the Darkness - The Brazilian Left: the illusions lost to armed struggle*, by Jacob Gorender. Since little information about the women was found in the mentioned work, a brief presentation of their personal history is described here. In order to engender a research regarding this theme, I bring to the discussion the topics of gender and how gender differences manifested in these militant women's family, social, and political life, as well as in the treatment they received from the regime's repression.

Keywords: Women's history; Brazilian Military dictatorship; Historiography of dictatorship in Brazil.

Introdução

Ao consultar algumas obras sobre a Ditadura Militar no Brasil pode-se dizer que, com todas as ressalvas possíveis a tal comparação, uma historiadora no Brasil contemporâneo sente-se como Virgínia Woolf no Museu Britânico (WOOLF, 2014). Explico: a autora, com a proposta de encontrar informações sobre as mulheres e a ficção, viu-se diante da necessidade de compreender a maneira como as mulheres viviam e por quais motivos seriam tão raras as escritoras. Na biblioteca do museu, viu-

* Mestre pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: priscila.paula.sousa@gmail.com

se diante de uma grande quantidade de livros escritos por homens sobre as mulheres. Ao abri-los, percebeu que não havia informações relevantes que sustentassem sua pesquisa afinal, as opiniões, sempre masculinas, eram as mais variadas sobre as mulheres e seus comportamentos, mas em nada compunham uma informação que a auxiliasse.

Como demonstra Woolf, não era difícil encontrar na poesia e literatura menções às mulheres que acompanharam homens importantes, ou fascinantes personagens de livros e, por isso, “é de se imaginar que ela seja da maior importância”. Na vida real, porém, “era trancada, espancada e jogada de um lado para o outro” (WOOLF, 2014, p. 66-67). Ao buscar dados que a auxiliassem na compreensão dessa mulher ‘real’, constata que “não se sabe nenhum detalhe, nada realmente verdadeiro e sólido. A história sequer a menciona” (WOOLF, 2014, p. 67-68).

Ao procurar em parte da historiografia as ações de mulheres combatentes da Ditadura Militar para minha dissertação de Mestrado (2015), a busca frustrante empreendida por Woolf saltou aos olhos. A afinidade dá-se justamente pela minha prerrogativa, como a dela, de que seria possível encontrá-las como personagens importantes na literatura sobre o assunto, já que existiram sempre mulheres e que as brasileiras combateram a Ditadura. Ocorre que me deparei com personagens tratadas de forma secundária. No caso brasileiro atual, diferente do que protesta Virgínia, a história as menciona sem fornecer muitas informações. Portanto, não é tarefa fácil construir a trajetória dessas personagens, conforme veremos nesse artigo.

Buscando compreender a maneira como alguns livros historiográficos trataram as memórias das mulheres que haviam participado da luta contra o regime ditatorial brasileiro, me propus a analisar três dos livros mais utilizados por conceituadas universidades brasileiras². Por ser, dentre esses, aquele no qual mais mulheres povoam as páginas, apresentarei nesse artigo algumas considerações sobre a maneira como o livro *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender (1987) aborda esse assunto.

A proposta de revisitar parte da historiografia em busca da inserção das mulheres na mesma se deu porque, sabendo que tiveram importante papel no período, se poderia esperar que a história tivesse contemplado tais mulheres e sido produzida também a partir delas e não somente sobre os homens e para eles. Isso porque espera-se que a “pluralidade da história não seja obliterada pelas narrativas pretensamente

universais, sempre excludentes e estigmatizadoras, criando-se espaços para a expressão diferenciada da memória de todos os setores sociais” (RAGO, 2009).

Em tempo, analisar as mulheres na historiografia, engendrar a busca por uma história das mulheres é tarefa que não se pretende imparcial, mas consciente de que “a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder” (PERROT, 1992, p. 172). É, portanto, assumir uma posição de valorização e construção de uma escrita da história que não apague as mulheres, mas abra espaço para que se demonstrem suas múltiplas formas de resistência, seja ao machismo cotidiano, seja ao regime ditatorial.

Vale ressaltar que este trabalho compreende no termo ‘mulheres’, não um grupo homogêneo e proveniente de uma distinção biológica binária que as opõe aos homens. Antes, entende que a constituição do gênero feminino é mais complexa no sentido da abrangência cultural e social do que implica esse termo (BUTLER, 1998).

Diante de tais esclarecimentos, passemos então às questões relativas ao mundo feminino no período anterior e durante o regime ditatorial, suas amarras e as formas como elas encontraram para se libertar das mesmas.

As lutas das mulheres contra a ditadura

Como aponta Margareth Rago, as mulheres com concepções de esquerda tiveram papel ativo não só na luta contra o Regime Militar, mas contra a estrutura masculina que dominava a vida político-partidária. Tal aderência à esquerda não necessariamente esteve ligada a partidos políticos, afinal, muitas delas romperam com os mesmos (RAGO, 2013):

Vivíamos numa ditadura, as mulheres participaram efetivamente na luta contra a ditadura e, evidentemente, que nós sentimos o peso da discriminação histórica contra nós. Seja na vida clandestina, seja nas prisões, nas sessões de tortura, enfim, na luta guerrilheira, na luta urbana, na luta rural, em todos os espaços nós fomos aprendendo a ter consciência de que a nossa luta era maior, é bem maior que a dos homens, é mais longa [...]. Essas mulheres foram muito revolucionárias. Elas fizeram uma dupla revolução, tanto na luta política do país, como na luta do cotidiano (TELES [2014]).

Essas brasileiras, ao adentrarem os meandros públicos, saindo do lar, considerado seu lugar, e buscando participar ativamente da política, invadiram espaços

dominados pelo masculino, onde não eram bem-vindas e frequentemente lembradas de que não deveriam estar (COLLING, 1997). Era imperativo, portanto, que subvertissem os papéis impostos pelo discurso masculino, *outsiders* tentando definir a categoria ‘mulheres’. Com isso, muitas delas decidiram ‘rir’ desses comandos, questionando-os e percebendo que não lhes cabiam. Esse ‘rir’ metafórico foi proposto por Judith Butler, ao escrever sobre os ‘problemas de mulher’ criados pelo discurso médico masculino: “Rir de categorias serias é indispensável para o feminismo. Sem dúvida, o feminismo continua a exigir formas próprias de seriedade” (BUTLER, 2003, p. 8).

Para melhor compreender as experiências dessas militantes da esquerda e questionadoras da Ditadura, faz-se necessário retomar as mudanças sociais ocorridas e que levaram ao questionamento do papel imposto a essas personagens até então.

A liberdade que o comportamento sexual ganhou com a introdução da pílula anticoncepcional, a modernização do país a partir dos anos 1960, a consequente expansão do mercado de trabalho, atrelados a uma maior facilidade de acesso à educação e à efervescência cultural de 1968, impulsionaram as mulheres brasileiras a questionarem o tradicional sistema patriarcal e ganharem o dito espaço público, culminando em correntes feministas (SARTI, 1998). Como demonstra Margareth Rago, esse período foi culturalmente movimentado, imbricado pela denominada ‘contracultura’. Afetadas por essa expansão e abertura cultural, que levava a maiores questionamentos sobre a sociedade, com o Golpe Militar de 1964, muitas mulheres passaram a se dedicar com mais afinco à vida política nos partidos de esquerda e contra o Regime Militar (RAGO, 2013).

Na década de 1970, o Ano Internacional da Mulher (1975) declarado pela ONU, impulsionou e abriu espaço para que muitos grupos feministas se organizassem. Dentre esses grupos, a maioria era constituída pelas ‘subversivas’, segundo o discurso ditatorial. Assim, aquelas que lutaram contra a ditadura foram também as primeiras a combater o machismo e a discutir as questões das mulheres no Brasil (SARTI, 1998). Nesse mesmo ano foi criado o Movimento Feminista pela Anistia com o intuito de retirar as acusações e libertar os presos políticos (COLLING, 1997).

No âmbito da Igreja Católica também despontaram figuras femininas que eram contrárias ao Regime e que discutiam as questões das mulheres. Aqui, podemos destacar a freira e teóloga adepta da Teologia da Libertação, Ivone Gebara, que até os dias atuais participa de movimentos sociais ligados à Igreja em Pernambuco, sempre

atenta às condições das mulheres, vendo o mundo sob sua ótica feminista (RAGO, 2013). Obviamente, apesar de despontarem algumas religiosas e religiosos com ideais subversivos quanto à política e à imposição patriarcal, a Igreja continuou sendo um espaço rígido que colocava limites no que se referia às questões morais. Ainda assim, por ter uma atuação efetiva nas comunidades, no geral as mais pobres, era uma instituição que permitia uma aproximação com essas mulheres pouco ouvidas e também oprimidas, que não eram filiadas a nenhum partido ou grupo feminista (SARTI, 1998).

A partir dos anos 1974, com a chamada ‘abertura’ política, os grupos de mulheres, que possuíam diferentes reivindicações, começaram a discutir mais abertamente as relações de gênero e muitos se declararam feministas. Com a volta das mulheres exiladas nos anos 1980, pós-Anistia, as veias feministas dos movimentos de mulheres ganham reforços. O Movimento Feminista fervilhava na Europa e aquelas que lá estiveram trouxeram na bagagem suas vivências e teorias para engrossar as fileiras dos movimentos brasileiros (SARTI, 1998). Nesse sentido, me aproprio da afirmação de Amelinha Teles, entendendo que a democratização do país interessava aos feminismos também por ser uma abertura necessária para que as mulheres conquistassem seu espaço e seus direitos. Isso porque, “herdamos o discurso da ditadura militar, radicalmente contrário aos direitos humanos.” (TELES apud. RAGO, 2013, p. 205).

As discussões sobre as relações de gênero e a aproximação com os feminismos, porém, não levou a uma ampla discussão sobre a sexualidade, questão que ficou em segundo plano durante muito tempo. Segundo a historiadora Ana Maria Colling (1997), esse tema continuou sendo considerado um tabu não só para a Igreja e para a maioria da sociedade conservadora, mas dentro dos próprios grupos de esquerda que encaravam o assunto como imoral e de segunda importância. De maneira que discutir a liberdade sexual era visto como algo promíscuo pelos militantes homens dos partidos de esquerda. Isso fica clara nesse depoimento de Amelinha Teles:

O Partido contrapunha aborto com constituinte, aborto com aumento do salário, para mostrar que a nossa luta não tem importância. Mas não tem nada a ver, eles contrapõem, ao invés de juntar. Você não acredita o tanto que eles perseguiram a gente e continuam até hoje, ela se mantém. É uma perseguição tão forte, igual à ditadura... marca, toda perseguição, todo autoritarismo marca muito a vida política das pessoas. [...] Sempre fomos, eu sou muito estigmatizada, a minha geração talvez, fomos muito estigmatizadas em tudo o que nós fizemos, nós rompemos com muitos preconceitos, muitas não

aguentaram, ficaram dentro de casa, [...]. Toda essa discussão que está sendo feita é necessária, sem discussão você não consegue elaborar propostas, é preciso mudar as mentalidades. (TELES apud. RAGO, 2008).

Todas essas opressões são encontradas, porém, pós 1985, tanto em boa parte da sociedade, quanto dos discursos acadêmicos produzidos sobre o período. Isso porque, como veremos adiante na análise do livro de Gorender, também o âmbito intelectual se encarregou de silenciar e negar a autonomia política dessas mulheres.

Por todas essas questões, Margareth Rago (2013) escreve sobre a importância de se falar em feminismos, no plural, porque o movimento feminista mudou muito no decorrer dos tempos e possui grupos contemporâneos com reivindicações muito variadas. Inclusive, a autora nos lembra que os feminismos não estão presentes somente nos movimentos auto-intitulados feministas, mas em todos os âmbitos da sociedade em que se buscam alternativas para a cultura misógina.

Tendo apontado as multifacetadas mudanças sociais que afetaram diretamente as mulheres e suas organizações antes, durante e após a ditadura, discuto a seguir dois dos segmentos específicos nos quais as mulheres foram reprimidas. Ao mesmo tempo em que encontraram formas de subverter as imposições que sofreram. São eles: seus próprios partidos de esquerda e as instituições militares.

Múltiplas resistências

As trajetórias das militantes brasileiras são um exemplo da afirmação de Foucault: “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 2011, p. 241). É possível resistir a qualquer tipo de relação de poder, mesmo que seja de uma violência brutal como a imposta pela ditadura. Essas mulheres, à medida que sofriam a opressão também colocavam em prática diferentes formas de resistir a isso:

Na prisão política feminina, negamos profundamente assumir o lugar de vítimas, porque considerávamos vítima quem se queixa: nosso lugar era de cidadãs, lutadoras que reivindicavam, que lutavam e não o de vítimas queixosas. Penso que a base, talvez, da resistência das mulheres se constituiu a partir desse eixo. Foi assim que se estruturou essa resistência (SCHILLING, 2010, p. 153).

No âmbito da prisão e no trato dado a elas pelos oficiais repressivos, pertencer ao grupo ‘mulher’ era um catalisador de atitudes relacionadas especificamente ao corpo e ao gênero. A exploração da sexualidade feminina como forma de coação e a maternidade usada como ameaça, foram amplamente utilizadas pelos oficiais militares. Além disso, a dupla subversão causava um misto de espanto e ódio nos militares, potencializando as relações de gênero nos interiores das prisões. Sobre a violência ligada à sexualidade feminina, Susel Rosa escreve que apesar de a nudez e a utilização dos órgãos genitais como receptáculos da tortura terem sido aplicados também a homens, o estupro foi praticado apenas contra as mulheres (ROSA, 2013).

Sobre tais abusos de conotação sexual realizados pelos militares para com essas mulheres, Tania Swain aponta que o estupro sempre foi utilizado como arma de guerra e funciona como forma de atacar a outros homens, uma vez que “ignorando as mulheres como seres humanos”, conquistam sua “propriedade”, violando suas mulheres. Segundo o relatório da Anistia Internacional de 2004, 20% das mulheres no mundo foram alvos de estupro (SWAIN, 2008).

Alguns relatos da violência sexual sofrida pelas mulheres nos cárceres da ditadura brasileira estão disponíveis no ‘Relatório da tortura no Brasil’, no livro *Brasil: nunca mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo. Além disso, a própria imprensa feminista, como por exemplo, o jornal *Brasil Mulher*, ainda em 1979, recolheu relatos de violência sexual contra as mulheres nos cárceres ditatoriais (RAGO, 2013). Recentemente, muitas das memórias apresentadas pelas mulheres em seus depoimentos à Comissão Nacional da Verdade dão conta desse tipo de violência.

É interessante notar que essa importância dada pela repressão às questões ligadas ao sexo/gênero fica evidente logo que os presos chegavam ao DEOPS/SP, e eram preenchidas suas fichas de identificação. Dentre as muitas opções sobre as particularidades físicas dos presos às quais o policial que preenchesse a ficha deveria marcar, podemos ver nos itens 69 e 70 destinados às ‘Peculiaridades Físicas’, dentre outras opções: ‘Peito Saliente’; ‘Efeminado (homens) ’; ‘Masculinizada (mulheres) ’; e ‘Personifica o sexo oposto’³. Logo, dando entrada no presídio, as questões ligadas à sexualidade já eram definidoras dos encarcerados e, estando elas em fichas de identificação, pode-se notar que eram relevantes para o aparato repressivo.

Nessas fichas, chamam a atenção que os itens 69 e 70, que questionam se o preso apresenta características tidas como sendo do sexo oposto (efeminado ou

masculinizada), figuram no mesmo rol dos problemas físicos patológicos (surdez, lábios deformados, desordens nervosas, paralisia, necessidade de muletas ou próteses). Tal associação nos indica a ideia de ‘deficiência’ ao se “personificar o sexo oposto”. Não podemos deixar de notar, também, que a tais características físicas e comportamentais, se mesclam algumas culturais como o sotaque, bipartido entre estrangeiro e regional.

Sabemos, entretanto, que atos violentos não são somente aqueles em que há o contato físico. A tortura psicológica e as agressões verbais eram também muito constantes. A expressão mais utilizada pelos militares para designar as mulheres ‘subversivas’ que aparece nos relatos das militantes sulistas é ‘Putá Comunista’. Simone relata: “Eles usam uma expressão que é constante, eles não usam teu nome, eles usam sempre ‘puta comunista’.” (COLLING, 1997). Chamar de ‘puta’ expressava bem a visão que tinham os agentes repressores sobre as mulheres militantes: mulheres que saíram dos seus lares, que não pertenciam a nenhum homem e, conseqüentemente, eram de todos. Tinha-se também a recorrente ideia de que eram mulheres que mantinham relações sexuais com todos os companheiros e esse seria o papel da ‘puta’. Além disso, os militares faziam constantes insinuações de que, se a mulher não era ‘puta’ e não queria se relacionar com todos, só poderia ser lésbica. Essas eram as duas frentes da sexualidade feminina possíveis a elas aos olhos de seus algozes.

Outra perspectiva sob a qual as ‘subversivas’ eram encaradas pelo regime, e corrobora com a ideia de que o mundo da mulher é o privado e não o público era a visão de que elas seriam incapazes de ter decidido sozinhas o engajamento na militância, o que em alguns casos foi reforçado pela historiografia. Em suas próprias famílias, muitas enfrentavam o descrédito e o peso de sair de casa para a vida militante, deixando incrédulos seus pais. Os últimos inclusive, em determinados momentos de visita aos filhos na prisão, eram acusados pelos agentes repressores de não ter sabido educar bem as filhas (COLLING, 1997). Afinal, para os militares, uma mulher educada nos moldes da vida feminina tradicional jamais se envolveria em tal militância.

Os policiais fizeram muitas provocações em cima de nossa condição de mulheres. Como mulher, tínhamos de ser amantes de alguém, ou senão éramos lésbicas; se tinham família ou se não tinham, finalmente tudo girava em torno do ponto fundamental que era a família como célula da pátria. E se eu não era casada [como não era], estava ali a razão de ser terrorista (LOBO apud. RAGO, 2013, p. 78).

A mesma condição é relatada por Flávia Schilling, demonstrando que nas prisões uruguaias não era diferente. Os militares sempre as abordavam como sendo as vítimas, enganadas pelo marido ou namorado, tendo sido por eles levadas à vida militante. Assumir tal papel, diz a militante, poderia até beneficiá-las, amenizando a violência que sofreriam, mas isso não foi motivo para que negassem seu protagonismo político. A isso, respondia sempre: “Olha, eu sinto muito, eu estou aqui porque acredito nessa luta. Eu era absolutamente consciente do risco que corria e fiz isso porque quis” (SCHILLING, 2010, p. 153). Segundo a autora, ao fazer isso, estavam escapando do que era visto pela repressão como o único papel possível a elas, o de amante que não foi capaz de abandonar o homem e caiu na militância sem vontade, uma vítima do companheiro. Ao escapar conscientemente desse lugar tradicional do feminino, reconhece, foram feministas ainda que não usassem tal nome. Resistindo, totalmente conscientes das consequências que isso traria, afirmando sua autonomia política e comportamental, eram “corações informados” (BOTELHEIM, 1985) e não cegas e incapacitadas de raciocinar pelo amor incomensurável por um homem.

Os oficiais da repressão, porém, não foram os únicos a tratar de maneira diferente as mulheres que militavam na esquerda. Os próprios companheiros militantes que buscavam a revolução e um mundo mais igualitário, também tinham dificuldades em aceitar que as mulheres pudessem engrossar as fileiras de seus partidos e realizar as mesmas atividades que os homens faziam. A crença era a de que elas não deveriam se preocupar com questões que diziam respeito só as mulheres, mas com os desmandos da burguesia opressora. Por esse motivo, Susel Rosa afirma que “o marxismo não alterou a ordem misógina do mundo, muito pelo contrário, o feminismo continuou relegado pela esquerda.” (ROSA, 2009).

Apesar do esforço empreendido na tentativa de serem tratadas em pé de igualdade com os companheiros, Criméia Alice Schmidt de Almeida, que participou do movimento guerrilheiro no Araguaia, relata as muitas tentativas de coação pelas quais passavam as mulheres, vindas dos próprios companheiros de partido. Afinal, se as militantes femininas eram vistas com reservas e não ocupavam qualquer cargo nos partidos, a situação de guerrilha, em meio à mata, acentuava ainda mais essas questões. Sobre isso, logo de sua chegada à região do Araguaia, em 1969, Criméia relata:

Eu comecei a perceber que ser mulher era mais complicado bem antes de ser feminista. Porque quando eu fui para o Araguaia, o João

Amazonas virou pra mim e me disse o seguinte: ‘vai depender de você se virão outras mulheres, depende de como você...’ porque eu fui a primeira. [...]. Então ‘vai depender de você’. Os companheiros acham que os guerrilheiros têm que ser homem, porque as mulheres não dão conta, porque não sei o que [...]. ‘Vai depender de você’. Aí eu falei assim: ‘olha, eu não aceito porque eu posso dar certo ou posso não dar e isso não quer dizer que a mulher pode dar certo ou não, está certo? Eu não represento as mulheres, eu sou uma mulher. (ALMEIDA apud. RAGO, 2011).

A análise de Ana Maria Colling (1997) nos ajuda a compreender a dificuldade enfrentada pelas militantes. Segundo a autora, o sujeito mulher militante foi construído como desviante e não-político. O que também ocorria no seio da própria família onde, especialmente pais e mães viam-se traídos ou sentiam-se culpados pela opção desviante da filha. As militantes eram então, na visão da maioria, um ser avesso a tudo o que se esperava de uma mulher.

Outra questão que estava presente em toda a sociedade e, inclusive nos meios da esquerda, era a associação da mulher militante com a homossexualidade e/ou falta de cuidado com a beleza. Nesse ponto, podemos invocar o depoimento de um militante sulista Vitor sobre o assunto, no qual deixa claro que para esse grupo, às mulheres que se interessavam pela política, faltava o atributo da beleza: “a mulher mais bonitinha, mais bonequinha, não entrava, ficava de fora, e a mulher sapatona, feia e tal, principalmente da ala trotskista, tinha muito.” (COLLING, 1997, pag. 107).

Podemos perceber então que, apesar de lutar e discursar contra a opressão do Estado e, tendo em vista a concepção marxista dos discursos da esquerda, do operariado em relação à burguesia, os militantes da esquerda não se abriam a enxergar e discutir a opressão sofrida pelas mulheres. Nesse sentido, reproduziam o discurso machista de toda a sociedade, como fica claro no trecho a seguir: “Ser revolucionário significava, na prática, submeter-se aos códigos normativos do partido político, aceitar suas referências existenciais e culturais, o que não era pouco em se considerando os próprios desejos e necessidades” (RAGO, 2013, p. 94). Por esse motivo, muitas feministas do período optaram por não se filiar a nenhum partido ou abandonar os que haviam se filiado, ainda que continuassem contestadoras do Regime Militar.

Embora o marxismo e seus seguidores, a esquerda, não tivessem conseguido mudar o machismo intrínseco em seus membros e na sociedade, libertando e tornando

iguais suas companheiras, Albertina de Oliveira Costa enxergava nessa mesma esquerda um palco possível para as que as mulheres se manifestassem:

Ser de esquerda ou pertencer a organizações de esquerda no Brasil [durante os anos 1960 e 1970] abriu um sem número de possibilidades às mulheres [...]. Sim, fazia cafezinho, é verdade, mas viajava, ia falar, aprendeu a discutir, aprendeu a falar em público. Era secretária, fazia ata, mas aprendeu a fazer conchavo. Ah, aprendemos a fazer política. E tanto aprendemos e essas pessoas aprenderam que não existiu nesse trajeto que eu relatei de um feminismo que não fosse de esquerda. Ou seja, o feminismo situa-se no campo da esquerda (OLIVEIRA apud. ROSA, 2009).

Por todos os motivos aqui apontados, Margareth Rago vê nas feministas brasileiras, muito mais que nos militantes masculinos da esquerda, uma militância filosófica semelhante à que Foucault (2011) identificou nos filósofos cínicos. Para ela:

Em nossos tempos, são as feministas que tomam esse trabalho nas próprias mãos, pois os feminismos, em suas dispersões, ultrapassam os limites instituídos entre público e privado, corpo e alma, razão e emoção, essência e aparência, centro e periferia, fronteiras que as esquerdas infelizmente respeitaram. Daí que os militantes jamais poderiam enxergar uma ação política o trabalho do cuidado de si (RAGO, 2013, p. 320).

Diante do exposto, se foram oprimidas por vários grupos sociais, essas mulheres foram, também, multiplamente subversivas. Afinal, apesar de toda a opressão, trilharam caminhos que subvertiam as ordens impostas sobre si. Tendo em vista essa ativa participação das mulheres na oposição à ditadura, era de se esperar que elas povoassem também os livros escritos sobre esse período e, conseqüentemente, que ao escolher as bibliografias básicas das Universidades, os historiadores tivessem buscado obras que contemplem as vivências dessas militantes no período ditatorial.

As mulheres no livro 'O Combate nas Trevas', de Jacob Gorender

Passo agora à análise da forma como as militantes foram abordadas na obra de Gorender. Uma vez mais, esclareço que através desse livro amplamente explorado nos cursos de História, pude compreender a importância dada às questões das mulheres e se a formação dos pesquisadores nesses cursos tem a atuação das mulheres como algo crucial para a compreensão do período ditatorial. Afinal, se os professores escolhem

uma obra que contempla ou não tal questão como básica para o conhecimento de seus alunos, podemos inferir que estão de acordo com as abordagens trazidas pela obra.

Iniciando a análise, de maneira geral, pode-se dizer que as mulheres são personagens em falta nesse livro. Exemplificando, somente após 120 páginas escritas é que aparece o nome da primeira. O autor aponta seus nomes, mas, na maioria das vezes, esses nomes são esvaziados de sentido, pois não apresentam uma história. Isso também ocorre com alguns dos militantes homens que aparecem na obra, mas no caso das mulheres é visível que suas militâncias não parecem importantes a ponto de serem descritas e aprofundadas. Sobre todas as mulheres mencionadas no livro, apresentei informações básicas sobre suas biografias.

O único caso em que as vivências de uma militante são descritas e uma das poucas que não é apontada no livro tendo sua figura vinculada a um homem é Vera Silvia Magalhães, da Dissidência Universitária da Guanabara. Vera foi responsável pelo levantamento de informações sobre o sequestro do embaixador norte-americano na Guatemala e, a partir desse levantamento e buscando corrigir os erros dos guatemaltecos, a Dissidência pode organizar o sequestro ao embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Ellbrick, da qual a militante fez parte (GORENDER, 1987, p. 166-167). Foi presa no início de 1970 e, posteriormente, saiu da prisão banida do país, tendo sido trocada por outro embaixador sequestrado (GORENDER, 1987, p. 170). Dito isso, vale salientar que todas as ações de Vera são descritas junto às de outros militantes do partido, o que não faz com que o autor a descreva somente como uma companheira ou uma mulher que tem a vida militante vinculada ou dependente de um homem.

Com essa exceção, mostraremos agora os inúmeros casos em que as mulheres são apenas rapidamente mencionadas no livro e a busca por suas histórias. Dentre elas estão: Sylvia Montarroyos, cujo nome de militante era Tatiana, integrante do Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T) (GORENDER, 1987, p. 120). O autor faz referência a ela, somente para falar sobre as torturas que sofreu e que tiveram repercussão nacional. Foi possível encontrar os relatos dessa ex-presa política na Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara, onde ela conta sobre sua clausura numa pequena jaula onde permaneceu nua ao relento (MONTARROYOS, 2013). Em seu depoimento, a ex-militante exhibe um livro autobiográfico intitulado *Réquiem por Tatiana* e, segundo Sylvia, esse é o primeiro livro, lançado em 2013 pela Editora Samarone, de uma trilogia, ainda por ser lançada (BARROS, 2013).

Outra mulher que aparece, páginas depois, é Maria do Carmo de Brito, que deixou a organização Política Operária (POLOP) com outros militantes – sendo um deles seu companheiro, Juarez Guimarães de Brito, o que não fica claro a princípio. Juntos, formaram um agrupamento chamado primeiramente de O, depois Organização Político-Militar e, por fim, Comando de Libertação Nacional (COLINA). Mais uma vez, é só um nome citado junto a outros militantes homens, sobre os quais também não se oferecem mais informações. Em 1969, Maria do Carmo Brito, usando então o codinome Lia, é eleita para a direção – junto com outros companheiros, inclusive Juarez Guimarães Brito – da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) (GORENDER, 1987, p. 135). Após discussões e rachas, Maria do Carmo passou a fazer parte da direção nacional da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dessa vez, o nome de Juarez não figura a seu lado (GORENDER, 1987, p. 136-137). Quando Maria do Carmo de Brito reaparece no livro, fica claro que é companheira de Juarez. O autor descreve que, quando presa, a militante entregou o ‘aparelho’ do casal (GORENDER, 1987, p. 188). Nesse momento, somente se refere a ela como companheira de Juarez, sem fazer nenhuma menção a sua militância e sem escrever seu nome completo. Apesar de toda a sua ativa vida política, Maria é mais uma das mulheres que só aparecem por serem esposas de homens militantes. Pesquisando sobre Maria do Carmo encontrou-se a informação de que ela foi uma das integrantes do assalto ao cofre do político Adhemar de Barros e teve sua biografia escrita por Martha Vianna, publicada em 2003 pela Editora Record, chamada *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito* (BELÉM, 2009).

Mais uma, dentre aquelas citadas por ações conjuntas com outros militantes quando Gorender escreve sobre membros da dissidência estudantil do PCB que passaram a integrar a VPR é Sonia Lafoz, (GORENDER, 1987, p. 132) sem maiores informações sobre a mesma. Nascida na Argélia, filha de pai espanhol, antifranquista e comunista, e mãe francesa, Sônia Lafoz passou a infância exilada com os pais em vários países. cursou psicologia na USP e durante a militância participou, como Maria do Carmo, citada há pouco, do roubo ao cofre de Adhemar de Barros e do sequestro do embaixador alemão Ehrenfred Anton Theodor Ludwig Von Holleben, em 1970 (FERNANDES, 2013).

A segunda mulher apontada no livro como dirigente, entre outros nomes da direção da VPR, é o de Inês Etienne Romeu, a Olga (GORENDER, 1987, p. 192).

Percorridas mais algumas páginas, podemos saber sobre a prisão de Inês que, já tendo solicitado afastamento do partido por discordância, estava de viagem marcada ao exterior. Foi-lhe solicitado, porém, que comparecesse a um ponto marcado em São Paulo por José Raimundo da Costa, o Moisés, onde foi presa.

Abordagem parecida é a que faz o autor do caso de Iara Iavelberg, que é descrita como professora da USP e ex-militante da POLOP, embora seu nome só apareça entre outros membros da organização quando o autor se refere à sua relação amorosa com Carlos Lamarca, que foi introduzido aos conhecimentos marxistas pela professora (GORENDER, 1987, p. 188). Anteriormente, a ‘esposa de Lamarca’ havia sido citada no texto, mas seu nome nem mesmo apareceu (GORENDER, 1987, p. 134). Iara suicidou-se, em Salvador, com um tiro no peito, em 20 de setembro, “preferiu a morte a cair viva em poder do Coronel Luís Arthur de Carvalho” (GORENDER, 1987, p. 200). Esse pequeno comentário, não nos deixa saber quais eram as circunstâncias de sua morte que, aliás, aparece no livro após a descrição do falecimento de Lamarca, morto depois dela. Assim, a impressão que se tem é de que o suicídio da militante fosse uma consequência da morte do companheiro. Sobre a história de Iara, Flávio Frederico dirigiu em 2003 o documentário *Em busca de Iara*.

Nascida em São Paulo, no dia 7 de maio de 1944, numa família judia, Iara ingressa em 1963 na faculdade de psicologia da USP. Militou na Polop, VAR-Palmares, VPR e MR-8. Nesse ano de 2013, após inúmeras tentativas dos familiares, o Poder Judiciário reconheceu que as versões apresentadas pelas Forças Armadas sobre a morte de Iara eram bastante contraditórias. Com isso, a família pode exumar o corpo em 2003 e retirá-lo da ala de suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo. No entanto, ainda não há comprovação de que houve assassinato (MERLINO; OJEDA, 2010). Nesse ponto, retomamos as disputas pela memória na sociedade. Embora a família soubesse que não haveria condenação, não bastou que houvesse o reconhecimento da Justiça. Era-lhes imprescindível retirar o corpo do local considerado indevido, como demarcação física de que não concordavam com a versão oficial.

A morte de mais duas militantes é descrita pelo autor. No primeiro caso, em um carro incendiado em Jacarepaguá foram encontrados carbonizados três militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dentre eles Ranússia Alves Rodrigues. Nascida em Garanhuns/PE, militou no PCBR, tendo usado os nomes Florinda, Nice e Olívia (DESAPARECIDOS POLÍTICOS, [2000-2007a]). Começou

sua militância enquanto universitária, no Diretório Acadêmico do curso de Enfermagem da UFPE e já havia sido presa, em 1968, no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Sua filha, Vanússia, não pôde ser criada pela mãe, devido sua militância e, como os avós não concordavam com as atividades da filha Ranússia, a neta foi criada por uma empregada doméstica da família, tendo tomado conhecimento da história da mãe apenas em 1991, aos 22 anos de idade, com a abertura dos arquivos do DOPS (CAVALCANTE, 2011).

Morte parecida a de Ranússia, teve Lourdes Maria Vanderlei Pontes, conhecida como Luciana Ribeiro da Silva, encontrada baleada e com sinais de carbonização juntamente com outros companheiros do PCBR no bairro do Grajaú, Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1973. Nessa passagem não há mais informações sobre nenhum dos mortos, exceto sobre Lourdes. Apesar disso, o único esclarecimento sobre essa ex-militante é que a mesma era casada com José Luiz Pontes (GORENDER, 1987, p. 210), ou seja, informação acrescentada somente para vinculá-la a algum homem. Filha de Tereza Wanderley Neves e Antônio Araújo Neves, nascida em 31 de março de 1943, na cidade de Olinda/PE, Lourdes Maria Wanderley Pontes⁴ iniciou sua militância política em 1968, aos 25 anos (MERLINO; OJEDA, 2010).

Ainda sobre militantes assassinadas, o autor nos informa que duas mulheres, ambas membras da Aliança Libertadora Nacional (ALN): Ana Maria Nacinovic Corrêa e Sônia Maria Lopes Moraes, foram vitimadas por agentes do DOI/CODI. A primeira foi metralhada juntamente com outros dirigentes na saída de um restaurante na Mooca em 14 de junho de 1972 e a segunda foi torturada até a morte no mesmo órgão, em 30 de novembro de 1973 (GORENDER, 1987, p. 204). Vejamos um pouco mais sobre essas duas mulheres a seguir.

Carioca, Ana Maria Nacinovic Corrêa nasceu em 25 de março de 1947, tendo como pais Mário Henrique Nacinovic e Anadyr de Carvalho Nacinovic. Sabe-se que a militante frequentava a faculdade de Belas Artes, mas não foi encontrado como e quando tiveram início suas atividades de oposição ao governo. Dentre os muitos codinomes que usou, citamos Betty, Márcia, Leda Maria da Graça Souza Rago, Renata, Sônia Maria Sampaio Além, Maria Tereza Teixeira, Josefina Damas Mendonça, Loira e Esmeralda (DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2000-2007c).

Já Sônia Maria Lopes Moraes, como outras duas militantes acima citadas, é apontada como vítima dos agentes da repressão, mas no caso dela, o autor nos informa que era ex-companheira de Stuart Angel Jones (GORENDER, 1987, p. 204). Fica claro

que em ocasião de sua morte não havia mais relação entre os dois, mas ainda assim Gorender vê a necessidade de atrelar o nome da militante ao homem. A professora Sônia nasceu em 9 de novembro de 1946, na cidade gaúcha de Santiago do Boqueirão, tendo usado os codinomes Maria e Esmeralda Siqueira Aguiar (DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2000-2007c).

Nessa mesma linha, podemos analisar os escritos do autor sobre Clara Charf, cujo nome de militante era Jandira, mencionada no relato de um evento específico, tendo ido acompanhar Suzana Sampaio para buscarem duas mulheres que estavam chegando a São Paulo rumo ao Uruguai, mãe e filha, cujos nomes não aparecem. Segundo o autor, Clara vai se encontrar com Marighela, que lhe pede para que mande cem dólares para a viagem das mulheres. Apesar de ser filiada ao Partido Comunista desde 1946, antes mesmo de conhecer Marighela (TV CÂMARA, 2003), na obra de Gorender Clara é denominada não como militante, mas como a companheira de Marighela, somente. Se, como escrito pelo autor, Clara tinha conhecimento das finanças do partido, se agia juntamente com outra militante, fica muito claro que não é apenas “Clara Charf (Jandira), companheira de Marighela” (GORENDER, 1987, p.173), mas atuante num partido de esquerda. Aqui, novamente percebemos que a figura do homem e líder Marighela é tão importante para o autor que as atividades da militância de Clara ficam em segundo plano.

Suzana Sampaio, citada na ação conjunta com Clara Charf, foi quem recebeu um telefonema de Marighela no dia de sua morte, aos 4 de novembro. A ligação era a respeito dos cem dólares requisitados para a viagem das duas mulheres. Não fica nem um pouco claro, porém, de onde vinha esse dinheiro e porque essas mulheres estavam sendo ajudadas pelo partido, sequer seus nomes aparecem. Sobre Suzana não foi encontrada nenhuma informação nos documentos digitalizados na internet.

Ainda na esteira das companheiras afetivas dos homens militantes, Gorender nos apresenta “Dilma, companheira de Mário Alves” (GORENDER, 1987, p. 180). O autor escreve que entrevistou Dilma a fim de se informar sobre a morte de Mário Alves de Souza Vieira, membro do PCBR. E é só isso que é dito sobre essa mulher, cujo nome completo é Dilma Borges. Nos textos lidos até então, nenhum se refere à militância de Dilma. Essa mulher, porém, lutou muito após a morte do marido, buscando informações sobre seu corpo, que permanece ainda hoje como um dos muitos desaparecidos da ditadura (JOSÉ, 2008).

Assim como Dilma Borges, Maurina Borges da Silveira, que ficou conhecida como Madre Maurina, não era militante. Apesar disso, sofreu ação direta da repressão, tendo sua prisão vinculada pelo autor ao fato de ter a polícia confundido os assinantes do jornal ‘O Berro’ – legal em 1969 – aos seus editores, membros do ajuntamento clandestino Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Não fica muito claro na obra, porém, como pode ter Maurina da Silveira sido confundida e presa, mas o autor salienta que o caso ganhou notoriedade por ter sido, além de presa, violentada na prisão sem ter culpa (GORENDER, 1987, p. 220). Duas reportagens, porém, de Elaine Cruz (2013) e de José Maria Mayrink (2011), apontam outro motivo para a prisão da madre que nega ter participado de qualquer grupo de esquerda: a freira teria cedido o porão do orfanato Lar Santana para um grupo que era militante, fato que ignorava.

Outra esposa de um militante, assim como a anteriormente citada, Dilma Borges, é Damaris, esposa de Antônio Raymundo de Lucena (GORENDER, 1987, p. 186), que estava com o marido e os filhos em sua casa quando Lucena foi assassinado. Dessas duas mulheres, sequer ficamos sabendo nesse trecho do livro seu nome completo. Mais uma vez, o que importa na vida da mulher é ser companheira de alguém. Ouvindo seu testemunho, porém, podemos perceber que Damaris Lucena tinha uma vida política ativa, embora suprimida pelo autor. Relata que em São Paulo, vinda do Maranhão, começou a se envolver com os sindicatos e lá descobriu o que era o Comunismo, passando a se intitular comunista e abrigando em sua casa muitos militantes clandestinos. Após a morte do marido, foi espancada pelos agentes repressivos e seus filhos levados ao Juizado de Menor, sendo também agredidos por serem “filhos de terrorista”. Sobre o que sofreu, Damaris conta:

Fui muito torturada. Apanhei muito, muito mesmo. Tive até que fazer operação porque arreventou minha vagina, etc. E nada disso me deixa triste, pelo contrário, isso me deixa mais encorajada porque eu tive coragem de enfrentar, como se diz, a repressão e a violência do próprio ser humano, da ditadura, dos governos, de gente sem pudor, gente sem dignidade, gente sem respeito ao ser humano (LUCENA, 2014).

Lucia Murat de Vasconcelos aparece também vinculada à figura de um militante, mas não como companheira afetiva. Ela foi responsável por se reunir com Zequinha, representante da VAR, a fim de convencê-lo a integrar as fileiras do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). A reunião obteve sucesso e o

militante migrou de organização. Pouco tempo depois, aos 9 de março de 1971, Lúcia Murat foi presa no Rio de Janeiro (GORENDER, 1987, p.185). Sua mãe era prima do general Cordeiro de Farias, mas somente passado o governo Médici, no governo Geisel, é que o general Cordeiro escreve uma carta intercedendo pela prima distante (GORENDER, 1987, p. 227). Sem outras informações, a impressão é de que a mulher é aqui citada por ter sido quem convenceu o militante Zequinha a trocar de partido.

Lúcia Murat, em 1989, dirigiu o filme/documentário chamado *Que bom te ver viva*, no qual a personagem de Irene Ravache, única ficcional do filme, comenta sobre sua realidade fora da prisão, embora envolta nas memórias das violências sofridas por ela no cárcere. Além disso, há testemunhos de oito outras mulheres, ex-militantes, e a demonstração de como estão suas vidas anos depois, bem como suas falas que externalizam suas memórias. São elas: Maria do Carmo Brito, Estrela Bohadana, Maria Luiza Rosa, Rosalinda Santa Cruz, Criméia Almeida, Regina Toscana, Jessie Jane e uma militante que não quis se identificar, mas relatou suas memórias sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia (QUE BOM TE VER VIVA, 1989). A última delas, anônima, aparece no livro de Gorender, conforme veremos a seguir.

Apontada em meio a outros militantes está Maria de Lurdes Rego Melo, a Maria Baixinha, membro do esquema pessoal de Câmara Ferreira. Maria foi presa com outro companheiro pela equipe de Fleury em 24 de outubro graças a José da Silva Tavares, ex-membro da ALN que passou a cooperar com a polícia (GORENDER, 1987, p.194). Por algum motivo seus dados pessoais não são encontrados na ficha de acusação pelo Ministério Público. Encarcerada aos 28 anos de idade, ganhou dos agentes repressivos o apelido de “baixinha”. Tendo tido três filhos, vive atualmente em uma chácara no interior da Bahia, acompanhada pelos ensinamentos de uma crença oriental segundo a qual não se deve ter contato físico ou oral com outras pessoas (COIMBRA, 2009). Com isso, suas palavras ao filme de Lúcia Murat foram colhidas de uma carta (QUE BOM TE VER VIVA, 1989). A ex-militante não aceitou ser identificada, não permitiu que sua imagem fosse veiculada e não quis relatar suas experiências de prisão e tortura. Tais negações e a forma como escolheu viver transparecem as dificuldades, discutidas no capítulo um, em relatar memórias de trauma e de conviver com as mesmas. Um corpo vilipendiado pela violência repressiva que, anos depois, opta por seguir um ideal espiritual que prega que as pessoas não devem se tocar, ou conversar.

Sobre as mulheres que participaram de ações armadas, especificamente sobre a Guerrilha do Araguaia, Gorender aborda superficialmente o caso de duas. Uma delas é chamada somente de Regina e, assim, não fica claro no livro se esse é seu nome de guerrilha ou verdadeiro. Se verdadeiro, falta-lhe sobrenome. Segundo o autor, Regina teria saído da região em busca de tratamento médico e entregue a existência do grupo às Forças Armadas (GORENDER, 1987, p.208). Acredita-se que a Regina, seja Lúcia Regina Martins de Souza, que foi presa em 1974. Regina, em entrevista de 2002 a alunos da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, nega qualquer colaboração com os militares (MORAIS; SILVA, 2012). Anteriormente à guerrilha, havia sido presa no XXX Congresso da UNE em Ibiúna quando era estudante de obstetrícia na Faculdade de Medicina da USP e tinha 22 anos de idade (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA [2010]). Tendo essas informações, sabemos que não se trata de Telma Regina Cordeiro Corrêa, também participante do conflito no Araguaia e que tem ‘Regina’ em seu nome. Esta, figura como desaparecida no livro *Luta, substantivo feminino* e é a única das mulheres que possui esse nome, dentre as desaparecidas (MERLINO; OJEDA, 2010).

A outra é Dinalva Teixeira, a Dina, sobre a qual só nos é informado que em outubro de 1973 já havia “tombado” (GORENDER, 1987, p.210). Baiana, formou-se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia. No Araguaia, ajudou a população fazendo os trabalhos de parteira, camponesa e professora e chegou a ser subcomandante do Destacamento C (MORAIS; SILVA, 2012).

Também mencionada brevemente, juntamente com outros companheiros aparece a ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sobre quem o autor discorreu ao escrever sobre a fundação VAR-Palmares. Segundo ele, Dilma foi uma das fundadoras da organização, tendo sido presa numa sequência de detenções dos militantes desse partido (GORENDER, 1987, p.185). Dilma Vana Rousseff é mineira nascida em Belo Horizonte no dia 14 de dezembro de 1947. Sua mãe é Dilma Jane da Silva, brasileira, professora e seu pai um imigrante búlgaro, Pedro Rousseff. Em 1964 Dilma começou a militar na POLOP e durante o período em que cursou Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) passou a atuar na COLINA. Sua prisão, citada por Gorender, se deu no início de 1970, quando foi levada para o Presídio Tiradentes de onde só foi libertada em 1972 (REDAÇÃO RBA, 2014). Em 2011, a ex-

militante tornou-se a primeira mulher eleita presidente do país e, reeleita, seu segundo mandato teve início em 2015 e sofreu impeachment em 2016.

Sem mais informações, aparecem também Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Pereira, presas num aparelho da PCBR, após um breve tiroteio (GORENDER, 1987, p.192). Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Rocha Pereira fazem parte do mesmo processo de acusação pelo Ministério Público Militar. Nancy, com 22 anos quando acusada, é filha de John Unger e Edyla Mangabeira Unger (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1980). A ex-militante possui vida acadêmica ativa, tendo se graduado em 1969 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ e em 1978 e 1979 concluiu dois mestrados na França, o primeiro em *Maitrise D'ethnologie* e o segundo em História Comparada das Sociedades Contemporâneas. Seu doutorado em Educação foi terminado em 1998, na Unicamp. Atualmente é professora Associada II da Universidade Federal da Bahia e membro do Núcleo de Pesquisa sobre Pensamento e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (UNGER, 2015).

Vera Maria Rocha Pereira é natural de Fortaleza e foi acusada aos 20 anos de idade, quando dividia o ‘aparelho’ com Nancy. Seus pais são Walmy de Freitas Pereira e Elita Rocha Pereira. Vera e Nancy foram acusadas, juntamente com outros companheiros, pela “instalação de uma revolução armada no país, para a derrubada e tomada do poder, com a modificação do regime político-social vigente” (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1980). No ano seguinte à acusação, 1970, o resultado da sentença das mulheres foi seu banimento do país, em 30 e agosto de 1971 (BRASIL: NUNCA MAIS, 1979).

Um grupo específico de mulheres aparece no livro, numa análise que Gorender faz de outro autor: as mulheres prostitutas do Recife. São tratadas na obra mencionada por Jacob Gorender, de Jamil, nome militante de Ladislau Dawbor, *Os caminhos da vanguarda*. Jamil, ao tratar do poder revolucionário das massas marginalizadas escreve sobre o que chama de ‘novo lumpem-proletariado’, formado pelos migrantes do campo e também pelas prostitutas de Recife, citadas por ele como exemplo de integridade moral, por trabalharem para sustentar sua família. Gorender não tece muitos comentários sobre o assunto, mas expressa sua opinião sobre os grupos marginalizados alegando que sua “influência prática foi insignificante” (GORENDER, 1987, p.138-139).

Exceção às militantes da esquerda relatadas até aqui é Stela Borges Morato, investigadora da polícia que primeiro é citada como tendo sido vista no DEOPS e posteriormente reconhecida pelo sacerdote José Eduardo Augusti (GORENDER, 1987, p.174). Além disso, Stela Morato aparece uma segunda vez, quando do relato da morte de Marighela, da qual foi vítima fatal do fogo cruzado travado entre dois grupos da própria polícia (GORENDER, 1987, p.175).

Natural de Campo Limpo/SP, Estela Borges Morato nasceu em 22 de janeiro de 1947. Ingressou na carreira de investigadora de Polícia em 1969 (WIKI [s.d]). Em sua homenagem, uma Escola Estadual da capital paulista, no Jardim Helena, foi nomeada Escola Estadual Estela Borges Morato (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO [s.d.]). Vale enfatizar que essa foi a primeira homenagem desse tipo feita a uma das mulheres que apresentamos até agora e, não por acaso, a única que não era militante, mas membro do aparelho repressivo do estado.

Revelando suas próprias memórias e sua interação com algumas ex-presas políticas, o autor relata sua estadia no Presídio Tiradentes, durante a qual juntamente com outros jornalistas redige uma carta onde expunham as condições a que eram submetidos os presos políticos nas prisões brasileiras. O objetivo, que logrou sucesso, era que a carta chegasse a um grupo de jornalistas e que esses lhe dessem visibilidade internacional. Pois bem, durante a feitura da carta o autor conta que se reuniu com algumas pessoas e que iam à ala feminina do presídio por ali haverem algumas jornalistas. Na assinatura da carta constam os nomes de duas mulheres jornalistas: Elza Lobo Ferreira e Vera Lúcia Xavier de Andrade (GORENDER, 1987, p.222), sobre as quais veremos a seguir.

Elza Ferreira Lobo esteve presa na OBAN a partir de 10 de novembro de 1969 e foi encaminhada ao DOPS aos 24 de novembro de 1969, de onde foi removida em 06 de janeiro de 1970 para o presídio Tiradentes, ganhando liberdade condicional em 20 de setembro de 1971. Jornalista e professora, Elza trabalhava na Secretaria da Fazenda, sendo detida em sua residência por infração à Lei de Segurança Nacional (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1972). Seu prontuário é vinculado ao inquérito de Diógenes de Arruda Câmara, líder do PCdoB, pois se acreditava que tivessem alguma ligação militante, o que Elza nega, afirmando que somente trabalhavam na mesma área (LOBO, 2013).

Sobre a jornalista Vera Lúcia Xavier de Andrade, no prontuário de apelação de Moacir Urbano Vilela encontramos informações sobre a denúncia que a levou à prisão. As acusações são de que seu apartamento era habitado por pessoas já procuradas pela polícia, integrantes do que chamam de organização Marighela da qual havia fortes indícios de que Vera era também integrante. Foi presa com um panfleto intitulado “Edson Morreu”, que, também segundo a polícia, pretendia afixar na Universidade (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1980, pag. 9).

Como último exemplo, podemos explorar um pouco mais uma das mulheres, Linda Tayah, cujo depoimento foi apontado por Gorender e encontrado no processo BNM-68,⁵ citado pelo autor como uma fonte. Nele, podemos obter algumas informações sobre essa mulher que foi acusada aos 05 de janeiro de 1973 pelo Ministério Público Militar, juntamente com outros militantes por atividades subversivas e condenada a dois anos de reclusão. Em seu depoimento à Polícia, Linda afirma saber que José Milton, seu companheiro, era membro da ALN, mas que ela mesma nunca se envolveu na militância. Conforme a acusação, a primeira afirmação a seu respeito é que “foi aliciada para a organização por José Milton Barbosa” (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1973, p. 4033). Em sua sentença, novamente a ênfase é em seu papel de auxiliar, sem participação efetiva na ALN, embora tenha sido indiciada por assalto a mão armada, sua condenação a define como “coadjuvante da ação criminosa” (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 1973, p. 4033). Assim, fica fácil nesse processo perceber, como já discutido anteriormente, que as mulheres militantes eram tidas pela repressão como apêndices masculinos, sendo acusadas justamente por ser ‘auxiliares’ dos homens.

No livro, o autor faz referência às ‘mulheres’ como um dos grupos que integrava a Frente de Mobilização Popular (FMP), anti-imperialista e democrática. É interessante notar aqui que ao escrever sobre a participação das mulheres o autor parece ignorar que a categoria é muito diversificada e que as mulheres estão inseridas em muitos outros grupos e partidos, inclusive alguns citados por ele em seu livro.

Aqui, percebemos que as mulheres são vistas como um movimento apartado de outros movimentos. Isso indica ao mesmo tempo, duas concepções: a) estão sendo vistas como um grupo unido reivindicando uma causa comum; b) se estão nesse grupo e outros são citados, a impressão é de que não havia mulheres nos outros grupos (sindicatos, profissionais liberais).

Finalmente, para sintetizar a forma como o autor lida com a participação das mulheres na luta contra a ditadura, pudemos perceber que na maioria das vezes em que uma delas aparece como sujeito de alguma ação há a necessidade de vinculá-la a um homem ao qual se relacionava. Isso poderia ser visto como um simples gesto facilitador da identificação da militante, não fosse o fato de que ao contrário, isso não ocorre. Ou seja, nenhum dos muitos homens citados na obra teve seu nome vinculado ao das esposas como uma forma de descrevê-los, ao passo que isso ocorre com todas as mulheres que aparecem e tiveram relação amorosa com militantes. Essa questão vem reafirmar os testemunhos de muitas mulheres, como vimos anteriormente, de que existia uma visão não só por parte da repressão, mas dos militantes – Gorender foi um deles – de que as mulheres dificilmente fariam parte da vida política e da luta anti-ditatorial sem terem sido levadas a ela e/ou estarem sendo guiadas por um homem.

Considerações finais

Historiadores do futuro poderiam afirmar, a partir dos compêndios acadêmicos e dos programas dos cursos universitários, que as mulheres não participavam da produção do saber, como vem fazendo a história em suas narrativas tradicionais. E como costume afirmar, “o que a história não diz, não existiu” (SWAIN, 2004).

Essa fala de Swain em 2004 faz muito sentido atualmente, haja vista a análise da obra de Gorender. Afinal, se minha pesquisa tivesse tido seu fim nas leituras das obras mais utilizadas pelos nossos conceituados cursos de história, sem buscar outras fontes de informação, teria a nítida impressão de que, se as mulheres tiveram participação na luta contra a ditadura militar, essa ação foi mínima, em número e profundidade. Quadro, porém, facilmente desconstruído a cada autora que tomei contato ao longo das pesquisas e que estão citadas nesse trabalho. Tais demonstraram não só que as mulheres tiveram fundamental papel na oposição ao regime, como vêm conquistando seu espaço na sociedade e na política gradativamente ao longo dos anos.

Nesse sentido, Joan Scott, aponta que historiadores (as) feministas perceberam que os estudos de caso de mulheres não davam conta da complexidade das desigualdades persistentes, das diferenças nas experiências sociais, das continuidades e descontinuidades. Com isso, aponte para uma crescente busca por formulações teóricas,

uma vez que há uma “defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina” (SCOTT, 1989, p. 4-5). Tal afirmação faz-se extremamente atual após as análises das obras, visto que os programas dos cursos de História que analisamos traziam bibliografias que pouco contemplavam a história das mulheres na ditadura, embora possamos supor que não a desconheçam. Isso porque, como aponta Scott, a maioria dos historiadores não feministas reconhece a existência da história das mulheres, mas ao contrário de avançar nesse sentido, incorporando-a em suas pesquisas, descarta-a como sendo uma categoria de estudo à parte da história.

É possível identificar como um dos motivos dessa exclusão o grande esforço da sociedade patriarcal em apagar as mulheres, não só da história, mas da vida social, política e do mundo artístico e, em contrapartida, a não aceitação dessas mesmas mulheres a essa exclusão, embora a historiografia não tenha contemplado a elas ou a essas suas lutas diárias. Sabemos que outro fator que leva à parca presença feminina nos estudos sobre a ditadura é que a produção acadêmica sobre esse período é basicamente elaborada enquanto história política que, por sua vez, aborda a política oficial do poder partidário e governamental, dos quais as mulheres estiveram excluídas. Isso faz com que esse quadro de apagamento das mesmas se agrave uma vez mais, visto que a história política foi “o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero” (SCOTT, 1989, p. 24).

O quadro historiográfico de apagamento das mulheres começa a ser abalado por estudos publicados no Brasil, baseados nas memórias das mulheres e escritos por historiadoras especialmente após o final da primeira década de 2000. Uma exceção é o livro de Ana Maria Colling, que data de dos anos 1990. Também os trabalhos biográficos e autobiográficos – entre livros, peças de teatro e filmes – sobre as trajetórias femininas nesse período, como bem elencou Danielle Tega (2015), são em sua esmagadora maioria posteriores ao final da ditadura, especialmente após os anos 1980. Apesar disso, devemos lembrar que falar no “aparecimento” desses trabalhos não implica em dizer que foram amplamente aceitos pela sociedade, que tiveram grande circulação e, portanto, que grande parte da sociedade brasileira tomou contato com eles.

Muitas dessas pesquisas, presentes nesse meu trabalho ou não, mostram a inquietação de mulheres que, como Woolf, não se conformaram em encontrar um vazio

nos livros no que diz respeito às mulheres e buscaram preenchê-lo, cada uma com questões específicas sobre as trajetórias das mulheres na ditadura.

Enquanto historiadoras e historiadores, portanto, é uma tarefa política e ética lutar contra o esquecimento imposto e, através da escrita – fruto de sua pesquisa –, sepultar os mortos do passado (GAGNEBIN, 2006). No caso da história sobre a ditadura militar, que nos legou tantos cadáveres insepultos, esse torna-se o único túmulo possível àqueles desaparecidos. Esse ‘enterrar’ metafórico implica, ao contrário do esquecimento, a lembrança, o colocar em pauta, integrar na história. Especialmente no Brasil, onde a Anistia tentou tomar características de borracha que apaga e apazigua os ânimos do passado, devemos, os historiadores, fazer valer mais um de seus papéis, a saber: colocar em evidência não só as atrocidades cometidas pela ditadura militar, mas também as tentativas de impor o esquecimento sobre elas. Como bem demonstra Gagnebin, a Anistia “configura uma trégua, uma calmaria provisória, motivada pelo desejo de continuar a vida, mas não é nenhuma solução, nenhuma reconciliação, menos ainda um perdão” (GAGNEBIN, 2010).

Tarefa essa, de levantamento das memórias das vítimas antes da Comissão Nacional da Verdade, que nunca cessou por parte de sobreviventes e suas famílias, cujas feridas deixadas pela ditadura se fazem especialmente latentes, por vezes em forma de ausência. A própria CNV responde a uma punição sofrida pelo país na Corte Interamericana, processo esse que foi iniciado também pelos familiares. Juntos eles formaram a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e o grupo Tortura Nunca Mais e compilaram informações em obras como *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (SELLIGMAN-SILVA, 2010, p. 14).

Tal busca ter sido durante todo esse tempo, ação de um único grupo – embora esse tenha tido o apoio de pessoas contrárias ao regime ditatorial –, demonstra que a batalha da memória não se trava somente contra os ditadores e agentes da repressão ainda vivos, mas contra boa parcela da sociedade que fica alheia a essa memória de opressão por não ter vivenciado a mesma, ou se informado sobre. Há ainda que se somar a esse último grupo, as pessoas cientes dos feitos ditatoriais e que rogam pela volta dos militares ao comando do país, como alguns casos vistos nas ruas em 2014 e 2015 pedindo a intervenção militar (PRADO, 2014), ou os que fizeram uso das redes sociais para clamar um *S.O.S* às Forças Armadas,⁶ para que “salvem” [sic] o país do governo petista da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente.

Vale novamente ressaltar que, embora tenhamos enfatizado as vítimas diretas da ditadura, não podemos nos esquecer que os tentáculos opressores do Regime Militar atingiram toda a sociedade e não somente aqueles que estiveram em suas prisões e foram exilados, e as pessoas próximas a esses. Ainda que não houvesse envolvimento efetivo com a militância, havia motivos para medo e houve cerceamento da liberdade de toda a população. Nesse sentido, a historiadora Heloísa Buarque de Hollanda afirma que a vivência da prisão e do exílio, a ausência dos exilados ou desaparecidos foi socializada. Essa parte da população que não apoiava os militares se sentia tolhida e violentada numa “vivência política interna” e, justamente por isso, ávida pela leitura dos relatos daqueles que narravam suas trajetórias na luta contra o regime (HOLLANDA, 1981, p. 193). Não nos esqueçamos, porém, que se a repressão atingiu a todos, os mecanismos de resistência também foram múltiplos entre essa parcela da população que não militou efetivamente: “Luta, batalha e resistência não foram privilégios de quem esteve preso. A luta foi geral, cotidiana, minúscula, naquele face a face com o poder.” (SCHILLING, 2010, p. 153).

Retomando a questão específica das mulheres e seus mecanismos ainda ativos de resistência e luta, menciono o movimento de mulheres no Brasil, que também buscam incessantemente ser ouvidas. Sobre elas, Margareth Rago demonstra que o Brasil é um país conhecido por ser palco de um dos mais importantes movimentos feministas da atualidade (RAGO, 2013) e, ao mesmo tempo, Tania Navarro Swain nos relembra que, apesar de as mulheres terem se apropriado um pouco mais da vida pública, ainda são barradas nos cargos de chefia e direção devido às possíveis recorrências de seu corpo feminino: ser mãe, amamentar e cuidar dos filhos (SWAIN, 2008).

A partir disso, passemos às considerações sobre o reconhecimento dessas vivências femininas na historiografia. Uma vez que a mulher pública era aquela que não pertencia a um homem, logo, era uma mulher de todos, desprestigiada (COLLING, 2014), percebemos que as mulheres precisaram começar pela subversão desses papéis. Afinal, essas militantes não pertenciam a nenhum homem – pai, irmão ou companheiro – que pudesse ter tutela sobre elas e, menos ainda, pertenciam a todos. No limite, pertenciam a elas mesmas, embora àquela época fosse difícil convencer sua família, o poder repressivo e seus companheiros militantes disso. E, diante da análise de alguns livros, especificamente nesse artigo, da obra de Gorender, percebemos claramente que alguns historiadores também não foram convencidos de que essas mulheres não

pertenciam ao companheiro. Tendo uma vida política e social própria e, portanto, a esmagadora maioria das referências às mulheres militantes feitas nas obras as abordava como “a companheira de...”, sem nos apresentar suas experiências, sem reconhecer suas autonomias. Com isso, mostra-se que ainda há um longo caminho até que essas mulheres possam ter reconhecida a emancipação que fizeram há muito tempo atrás.

Não há, nas três obras por mim analisadas durante o Mestrado, o correspondente masculino à majoritária referência das mulheres como sendo de “a companheira de...”, uma vez que o mesmo não acontece quando se trata de homens militantes que em nenhuma das vezes são descritos como “o companheiro de”. Tal atitude, ou falta dela, demarca bem uma diferença de gênero ao tratar os indivíduos na narrativa histórica.

Se a narrativa histórica fez questão de corroborar com tal exclusão, o ciclo vicioso da produção historiográfica explorada nas universidades reafirma tal situação, uma vez que a formação de novos historiadores vem sendo feita baseada nela, conforme as bibliografias que consultamos e nas quais se embasam nas universidades, de maneira a agravar esse quadro. Sobre a importância desse discurso produzido e reproduzido através da educação, Foucault afirma que:

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas posições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, p. 43-44).

Sendo assim, o meio acadêmico é mais uma maneira que o poder encontra de silenciar essas pessoas, dessa vez por parte do sistema educacional universitário. No mesmo trecho de Foucault, porém, podemos perceber que a educação pode modificar os discursos vigentes e subverter a ordem de temas e fontes impostas pela história e é por crer que isso é possível, numa história outra que evidencie no lugar de silenciar, que engendro essa pesquisa.

Referências:

BARROS, F. “Emocionada, Sylvia Montarroyos relembra torturas militares”. *Diário de Pernambuco*, 09 dez. 2013. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/09/interna_politic

a,478538/emocionada-sylian-montarroyos-relembra-torturas-militares.shtml. Acesso em: 13/04/ 2015.

BELÉM, E. F. Um relato pessoal sobre a guerrilha. *Revista Bula*. 18 jul. 2009. Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/posts/livros/um-relato-pessoal-sobre-a-guerrilha>. Acesso em: 13/04/2015.

BRASIL: NUNCA MAIS. Sumário do BNM 179. São Paulo, 23 set. 1979. *Brasil Nunca Mais Digital*. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/179.html>. Acesso em: 15/06/2015.

BUTLER, J. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. p. 11-42. Disponível em: file:///C:/Users/Proprietario/Downloads/cadpagu_1998_11_2_BUTLER.pdf. Acesso em: 10/04/2016.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, E. Marcas da Ditadura: a história da guerrilheira Ranússia. *Blog Utopia*, 09 jan. 2011. Disponível em: <http://betinhoutopia.blogspot.com.br/2011/01/ranusia-alves-rodrigues.html>. Acesso em 14/01/ 2015.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. Meninas de Ibiúna. *Fundação Maurício Grabois*, [2010]. Disponível em: http://fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=28&id_noticia=620. Acesso em: 13/06/ 2015.

COIMBRA, O. “Quase todas as mulheres torturadas tiveram filhos depois da prisão”. *Guarulhos em tempo real*, set./2009. Disponível em: <http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=43109>. Acesso em: 03/02/2016.

COLLING, A. M. *A Resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, A. M. “As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil”. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 8, 2004. Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf. Acesso em: 20/02/ 2015.

CRUZ, E. P. “História sobre madre Maurina é a mais emblemática da ditadura militar, diz pesquisadora”. *Agência Brasil*, 21 out. 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-21/historia-sobre-madre-maurina-e-mais-emblematica-da-ditadura-militar-diz-pesquisadora>. Acesso em: 13/04/ 2015.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Ficha Pessoal*: Ana Maria Nacinovic. [2000-2007b]. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=53&m=3>. Acesso em: 14/01/ 2015.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Ficha Pessoal*: Ranússia Alves Rodrigues. [2000-2007a]. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=207&m=3>. Acesso em: 14/01/ 2015.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Ficha Pessoal*: Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones. [2000-2007c]. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=210>. Acesso em: 12/01/ 2015.

FERNANDES, J. C. I love guerrilheira Sonia. *Gazeta do Povo*, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/i-love-guerrilheira-sonia-bnaurjlbucfyenp08jqccab7y>. Acesso em: 14/06/ 2015.

FOUCAULT, M. *A coragem da Verdade II: O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
GAGNEBIN, J. M. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HOLLANDA, H. B. “Um eu encoberto”. *Jornal do Brasil*, 17 jan. 1981. In.: GASPARI, H.; HOLLANDA, H. B. VENTURA, Z. *70/80: Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 191-195.

LOBO, E. F. Depoimento [2013]. São Paulo: *Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5duiX4Uxc9c> . Acesso em: 8/04/ 2014.

LUCENA, D. Nossas histórias - Damaris Lucena. Depoimento [31 mar. 2014]. *Projeto Marcas da Memória*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_vnrRBib7xg. Acesso em 14/06/2015.

MAYRINK, J. M. “Morre freira que foi torturada e banida do país na Ditadura Militar”. *O Estado de São Paulo*, 10 mar. 2011. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,morre-freira-que-foi-torturada-e-banida-do-pais-na-ditadura-militar,690235>. Acesso em: 13/04/ 2015.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (orgs.). *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
MONTARROYOS, S. *Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*. Recife: Cepe Editora, 2013.

MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

QUE BOM TE VER VIVA. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taigá Filmes e Vídeos, 1989. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dw-z7a0Qis4>. Acesso em: 20/06/2015.t.

PERROT, M. *Os excluídos da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRADO, C. “Grupo a favor de intervenção militar é expulso do protesto por impeachment de Dilma”. *Folha de São Paulo*. 29 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1555419-grupo-a-favor-de-intervencao-militar-e-expulso-de-protesto-por-impeachment-de-dilma.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2015.

RAGO, M. *A aventura de contar-se: Feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RAGO, M. “Desejo de memória”. *Labrys, estudos feministas*, São Paulo, n. 15, 13 set. 2009, [s.f]. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/marga.htm>. Acesso em: 12/03/ 2016.

ALMEIDA apud. RAGO, M. “Escritas de si, Parrésia e Feminismos”. In: VEIGANETO, A.; CASTELO BRANCO, G. (org.). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RAGO, M. “Reinvenções de si nos feminismos da diferença”. *Labrys, estudos feministas*, n.14, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys14/textos/margaok.htm>. Acesso em: 19/02/2015.

REDAÇÃO RBA. De militante contra a ditadura a 'mãe do PAC', a história da primeira presidenta reeleita. *Rede Brasil Atual*, 26 out. 2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/dilma-rousseff-da-resistencia-aos-poroos-da-ditadura-a-reeleicao-democratica-9448.html>. Acesso em: 15/06/ 2015.

ROSA, S. O. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ROSA, S. O. “Subterrâneos da liberdade: mulheres, militância e clandestinidade”. *Labrys, estudos feministas*, n.15, jan./dez. 2009, [s.f.]. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/susel.htm>. Acesso em: 24/02/ 2015.

SARTI, C. A. “O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (Latin American Studies Association), n. 21, 24/26 set. 1998. Chicago. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 20/03/ 2015.

SCHILLING, F. “Memória da resistência ou a resistência como construção da memória”. In: PADRÓS, H. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*:

História e Memória, vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 141-178.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Nova York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine R. Dabat e Maria B. Ávila. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 20/02/ 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Localize uma Escola. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=005&ID_MUN=100&ID_DIST=44&NM_MUN=SAO%20PAULO&NM_DIST=JARDIM%20HELENA&CD_ADM=1&Nova=1. Acesso em: 15/06/2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Prontuário 146212. Departamento de Ordem Política e Social. 11/05/1972.

SELLIGMAN-SILVA, M. “O local do Testemunho”. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/1894/1532>. Acesso em: 12/03/2014.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Prontuário n. 39.581*. São Paulo, 25 mar. 1980. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=3498. Acesso em: 01/06/ 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *Apelação 40577*. São Paulo, 09 jan. 1973, p. 4033. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=112850. Acesso em: 10/06/ 2015.

SWAIN, T. N. “Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas”. *Labrys, estudos feministas*, n. 5, jan./jul. 2004. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys5/textos/eubr.htm>. Acesso em: 24/04/2015.

SWAIN, T. N. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social”. *Labrys, estudos feministas*, n.13, 2008. [s.f.] Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/leituras/anahita.htm>. Acesso em: 27/02/ 2015.

TEGA, D. *Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. 2015. 237f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mar. 2015.

TELES, M. A. A. Amelinha Teles: depoimento [16 jan. 2014]. *Canal Maria Angélica Lemos*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_pTbBRQvzrQ. Acesso em: 04/09/ 2014.

TV CAMARA. *Clara Charf: a companheira de Mariguela*. 17 nov. 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/MEMORIA-POLITICA/163133-CLARA-CHARF---A-COMPANHEIRA-DE-MARIGHELLA.html>. Acesso em: 13/04/ 2015.

UNGER, N. M. *Currículo Lattes*. Plataforma Lattes, 2015. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727096E0>. Acesso em: 15/06/ 2015.

WIKI. “Heróis do Brasil: Investigadora Estela Borges Morato”. [s.d.]. Disponível em: http://pt-br.heroisbrasil.wikia.com/wiki/Investigadora_Estela_Borges_Morato. Acesso em: 15/06 2015.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Notas:

¹ Esse artigo traz alguns aspectos por mim discutidos em minha pesquisa de Mestrado: *Mulheres e memórias: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira*. 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000966026>. Tal pesquisa teve fomento da Capes (2014 – 2016) e orientação da Professora Doutora Aline Vieira de Carvalho.

² Utilizei em minha dissertação o conceito Capes para chegar aos cursos e depois à lista de livros.

³ Ver Prontuário 146140, Secretaria de Segurança Pública, 1969. Ou imagem do mesmo em: SOUSA, Priscila P. *Mulheres e memórias: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira*. 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000966026>. p. 71 e 72.

⁴ Optou-se por manter as grafias diferentes no nome, primeiro da forma como Gorender nos apresenta a militante, segundo, a forma como está descrita no livro *Luta, substantivo feminino*, 2010.

⁵ Para visualização de todo o processo acessar: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/068.html>. Acesso em: 10/06/2015.

⁶ Um exemplo pode ser encontrado na página da rede social, Facebook: Disponível em: <https://www.facebook.com/IntervencaoMilitarJa/posts/667327976632569>. Acesso em: 23/06/ 2014.